DELIBERAÇÃO AC01 - G.RC - 1219/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/5874/2013
PROTOCOLO	: 1410521
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE BONITO/MS
RESPONSÁVEL	: LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO
TIPO DE PROCESSO	: PROCEDIM. LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL (Nº 4/2013)
RELATOR	: RONALDO CHADID

1ª FASE. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO PRESENCIAL. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. REGULARIDADE. POR UNANIMIDADE.

O procedimento licitatório - pregão presencial - foi realizado em conformidade com a Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente com a Lei 8.666/93.

II - RELATÓRIO:

Trata-se de processo eletrônico em que se julgou o procedimento licitatório (Pregão Presencial - 04/2013) realizado pelo Município de Bonito/MS, em que se registrou os preços para contratação de serviços de transporte escolar.

O objeto do certame foi adjudicado às seguintes empresas: Adair Fernandes da Silva; Alfredo Prado Pias-ME; Guaicurus Transporte Coletivo Ltda.; Paulo Antônio Basso; Taiane Vieira Bonfim-ME; Terra Transportes Turísticos Ltda.

A equipe técnica ao analisar a documentação encaminhada concluiu que o presente processo se encontra em consonância com as normas de Licitações e Contratações Públicas e de Direito Financeiro, atendendo ao estatuído nas Instruções Normativas e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas (Análise nº 375/2014 - folhas 657/659).

O Representante do Ministério Público de Contas emitiu parecer opinando pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório em epígrafe (Parecer nº 4836/2015 - f. 812).

III - VOTO:

Relator: Conselheiro Ronaldo Chadid

Trata-se da análise do procedimento licitatório (Pregão Presencial) realizado pelo Município de Bonito/MS cujo objeto é a contratação de serviços de transporte escolar.

O objeto do certame em epígrafe foi adjudicado às seguintes empresas: Adair Fernandes da Silva (R$ 47.589,12); Alfredo Prado Pias-ME (R$ 260.932,32); Guaicurus Transporte Coletivo Ltda. (R$ 118.728,00); Paulo Antônio Basso (R$ 226.662,36); Taiane Vieira Bonfim-ME (R$ 231.801,12); Terra Transportes Turísticos Ltda. (R$ 284.253,60).

O Procedimento licitatório - Pregão Presencial nº 04/2013 - foi formalizado de acordo com as determinações das Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como remetidos tempestivamente à Corte de Contas, e instruídos com a documentação elencada na IN/TCE/MS nº 35/11.

Mediante o exposto, acolho o parecer emitido pelo Representante do Ministério Público de Contas, e nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/12 c/c os artigos 120, inciso I e 122, incisos I e II, ambos do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS nº 76/13, VOTO pela REGULARIDADE do procedimento licitatório (Pregão Presencial - 04/2013), pela observância às normas estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, aplicáveis ao caso em exame.

São as razões que fundamentam o voto.

Excelentíssimo Conselheiro Senhor José Ricardo Pereira Cabral:

Com o relator.

IV - DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros da 1ª Câmara, sob a Presidência do Conselheiro Jerson Domingos, na Sessão Ordinária de nº 14, de 18 de agosto de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos ACORDAM pela regularidade do procedimento licitatório, pregão presencial nº 004/2013, pela observância às normas estabelecidas nas Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, aplicáveis ao caso em exame; e pela comunicação do resultado, nos termos regimentais.

DISCUSSÃO: Nesta oportunidade ninguém fez uso da palavra. DECISÃO: aprovado, por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro Relator.

Participaram do julgamento: Excelentíssimo Presidente Senhor Jerson Domingos; o Excelentíssimo Conselheiro Senhor Ronaldo Chadid; o Excelentíssimo Conselheiro Senhor José Ricardo Pereira Cabral; e o Representante do Ministério Público de Contas, Procurador de Contas, Dr. João Antônio de Oliveira Martins Junior.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 18 de agosto de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator